

## Brasil e África

A. Gomes da Costa

A recente visita do presidente Fernando Collor a Angola, Moçambique, Zimbábue e Namíbia, se veio confirmar, por um lado, o interesse do Brasil por um continente a que estamos tão ligados pela História, pela Língua e pela Cultura, mostrou, por outro, que a vertente africana da nossa política externa não pode mais orientar-se pelos mesmos azimutes das décadas anteriores. É que neste meio tempo, não foi só a África que mudou, com o fim dos regimes coloniais, a proclamação das independências e o empobrecimento, mas foi também o mundo inteiro que passou por profundas transformações econômicas, políticas, sociais e tecnológicas, que tornaram anacrônicas algumas posições. Os povos atingidos pela fome e em fase de desenvolvimento estão hoje em dia mais interessados na ajuda e na cooperação do que nos bordões das ideologias, ou no repasse das queixas de Bandung e Nairóbi.

Atendo-nos a uma análise que engloba apenas parte da África austral — ou mais precisamente os dois países de expressão oficial

portuguesa e a República Sul-africana — os primeiros aspectos a assinalar e que de certa forma condicionam os vetores da política externa são as grandes mudanças que estão em curso em Luanda, no Maputo e em Pretória. A despeito de em cada um desses lugares existirem realidades distintas, de forças, de instituições e de poder, na verdade\*, os respectivos países passam por reformas extensas e abrangentes: Angola experimenta pela primeira vez desde a independência um clima de paz e de entendimento entre o MPLA e a Unita, dando passos para o multipartidarismo e para a livre iniciativa; Moçambique procura o cessar-fogo entre a Frelimo e a Renamo e abandona o marxismo-leninismo, ao qual deve a tragédia de se ter tornado numa das nações de menor renda "per capita" do mundo; e, por fim, a República da África do Sul aproxima-se de uma solução pacífica para acabar com o "apartheid" e evitar a guerra civil entre brancos e negros que provocaria a destruição da economia mais avançada do continente.

Perante este cenário é natural que a diplomacia brasileira se prepare para manter com aqueles países africanos um outro tipo de

relacionamento, que decerto tem pouco a ver com o que se preconizava na década de 70. Mesmo porque durante o período tivemos um longo processo de experiência em África — e passamos por alguns desencantos.

A esta altura, e a não ser que se queira apostar em hipóteses de baixa probabilidade, tornou-se mais fácil desenhar os novos contornos da política externa para aquela parte da África. Angola irá ter, em breve, um governo escolhido pelo povo e, portanto, dissilido pelo dilema da escolha do interlocutor, ao mesmo tempo que a reconstrução do país pode abrir-nos imensas oportunidades para o comércio, o investimento, a cooperação e o intercâmbio cultural.

O mesmo se diga em relação a Moçambique, onde, apesar de existirem maiores dificuldades, ainda temos condições de reparar os estragos causados por clichês ideológicos e de contribuir para que o país se recupere da inanição e do atraso em que vive.

Quanto à República Sul-africana seria oportuno reconhecer os avanços feitos pelo governo do presidente De Klerk para pôr fim à discriminação racial e estabelecer com as autoridades de Pretória

formas de diálogo e de negociação, para se ampliar rapidamente o volume das trocas e a oferta de experiências, como os planos de alfabetização, os esquemas habitacionais, o sincretismo cultural etc.

Se parece irreversível a mudança de alguns pontos da política externa no que se refere à África — até porque nem o despique entre as duas superpotências existe mais — também é verdade que perdura a timidez na formulação de propostas concretas. É o caso, por exemplo, de ficarmos em relação à República Sul-africana a oscilar entre as pretensões do ANC de Néelson Mandela e a política do Partido Nacional, como se estivéssemos à espera do que vai acontecer para só depois nos definirmos claramente. O mesmo se diga quanto às resistências para nos associarmos com Portugal em determinados projetos para Angola e Moçambique, aproveitando o conhecimento e o diálogo fácil daquele país com os africanos.

Uma política externa a serviço dos interesses permanentes do Brasil exige reciclagens ajustadas aos novos cenários internacionais — e também coragem para ultrapassar alinhamentos superados pelos "ventos da História".

## YEMANJÁ

# Culto afro vai até Piedade

Cerca de 316 centros de Umbanda já confirmaram presença na praia de Piedade, no Jaboatão dos Guararapes, para as comemorações em homenagem à Iemanjá, de hoje até amanhã. De acordo com Celinha Varejão, secretária interina de Turismo, Cultura e Esportes do Município, “trata-se de um dado incontestável o aumento, a cada ano, do número de pais e filhos-de-santo nas festas de Yemanjá realizadas em Piedade”.

Na verdade, a secretária interina municipal quer esclarecer as acusações feitas pelo babalorixá Carlos Antônio da Silva. Segundo ele “os grandes centros de Umbanda e Candomblé trocarão, neste ano, Piedade por Boa Viagem, para protestar contra a organização do evento. Para Celinha, as afirmações do babalorixá não têm fundamento em nenhum aspecto, principalmente no que diz respeito

aos preparativos. “Há três meses que mantemos reuniões com os representantes dos terreiros, justamente para acertar todos os detalhes da promoção e respeitando, acima de tudo, as tradições ritualísticas do culto afro-brasileiro”, rebateu.

Quanto ao “desrespeito à comemoração pelos frequentadores das barracas instaladas no local”, a secretária explica que não há procedência na acusação. “Todas as festas religiosas convivem harmoniosamente com seu lado profano, mesmo as promovidas pelos católicos. Uma coisa não interfere na outra”, analisa. Segundo ela, as barracas de comidas e bebidas estão a vinte metros de distância do espaço destinado à *gira* dos umbandistas, justamente para delimitar o local específico às oferendas e rituais praticados em louvor do orixá.